



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

AO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DA CÂMARA MUNICIPAL
DE JATAÍ, ESTADO DE GOIÁS,

Câmara Municipal de Jataí - GO



PROTOCOLO GERAL 946/2019
Data: 27/11/2019 - Horário: 10:02
Administrativo - RCE 2/2019

Processo Ético Disciplinar 002/2019
SIGEP nº: 483/2019

RELATÓRIO FINAL - APURAÇÃO DE ATOS DE INFRINGÊNCIA À ÉTICA E AO
DECORO PARLAMENTAR COMETIDO PELO VEREADOR MARCOS ANTÔNIO
FERREIRA DA LUZ

MARIA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA ASSIS - CIDA, vereadora Relatora do Conselho de Ética da Câmara Municipal de Jataí no presente feito, no uso de suas atribuições legais, vem através do presente instrumento, apresentar **PARECER FINAL**, nos termos dos artigos 22 e 23 da Resolução 12/2009 (Código de Ética e Decoro Parlamentar), com a apuração de atos de infringência à ética e ao decoro parlamentar cometida pelo vereador afastado **MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DA LUZ**.

DO PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Foi declarada constituída no dia 24 de abril de 2019 na Presidência da Câmara Municipal de Jataí, a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, na forma da Resolução 12/2009 – Código de Ética e Decoro Parlamentar, onde ficaram eleitos para a sua composição o vereador Pastor Luiz Carlos Cabral dos Anjos, na qualidade de presidente, o vereador Major David Pires, na qualidade de relator, o vereador Thiago Silvestre Maggioni, na qualidade de membro, e a vereadora Maria Aparecida Rodrigues da Silva Assis, na qualidade de suplente.

Através da Petição **002/2019**, Protocolo Geral **AD 374/2019**, (fls. 02), anexado aos autos, foi determinada a Instauração de **Procedimento Investigatório Preliminar 002/2019**, SIGEP 483/2019, em desfavor do vereador **MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DA LUZ**, provocado através de Memorando nº 18/2019, que trouxe ao Conselho de Ética a decisão judicial prolatada nos autos do Processo nº **5234942.14.2019.8.09.0093** em desfavor do parlamentar supracitado, em trâmite na 2ª Vara Cível, Fazenda Pública desta Comarca de Jataí, onde o mesmo estaria sendo afastado de suas funções parlamentares pela possível prática de atos de improbidade administrativa.

A instauração do procedimento investigatório preliminar, provocada pelo memorando nº 18/2019, se deu com fulcro no artigo 16, parágrafo único da Res. 12/2009, cuja redação diz:

Art. 16. - Qualquer parlamentar pode representar, formalmente, perante o Presidente do Conselho de Ética, pelo descumprimento, por Vereador, de normas contidas neste Código Ético.

Parágrafo Único - O Conselho de Ética poderá instaurar procedimento investigatório preliminar, ao tomar conhecimento de fato que infrinja a ética ou o decoro parlamentar.

Assim, com o memorando da presidência acompanhado da decisão judicial, o Conselho de Ética tomou conhecimento de **"fato que infrinja a ética ou o decoro parlamentar"**, e com fulcro no art. 30, inciso VIII, e no artigo 34, inciso III da Lei Orgânica Municipal, bem como art. 16, parágrafo único e art. 17 da Res. 012/2009,



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

instaurou Procedimento Investigatório Preliminar (PT 2/2019 – Protocolo Geral AD 0000374/2019, Publicado em 09/05/2019, através nº 000784-DA).

Junto ao memorando nº 18/2019 foi anexado a cópia integral da petição inicial da Tutela Cautelar Antecedente em Ação Civil Pública de Imposição de Sanções por Atos de Improbidade Administrativa, promovida em desfavor do vereador representado, bem como da decisão cautelar que determinou o afastamento do mesmo de suas funções parlamentares por 180 dias.

SÍNTESE DA REPRESENTAÇÃO

O procedimento Investigatório Preliminar que finalizou com o Relatório Preliminar recebido e aprovado pelo Conselho de Ética em **24/10/2019**, verificou fortes indícios de que o Vereador MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DA LUZ, teria cometido atos atentatórios ao DECORO PARLAMENTAR, na forma da Resolução 012/2009 (Código de ética e Decoro Parlamentar), por envolvimento deste em atos contrários à ética e ao decoro parlamentar, conforme provas produzidas nos autos de n. 5234942.14.2019.8.09.0093, em trâmite na 2ª Vara de Fazenda Pública Municipal desta Comarca, ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Goiás.

O Relatório Preliminar (que antecedeu o início da instrução do presente feito) e a Representação apresentada pela Mesa Diretora em 06/08/2019, se sustentam nos fatos narrados pelo MP/GO em sua petição inicial, que em apertada síntese afirma **que o representado reiteradamente, auferiu vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo em virtude de ter solicitado e recebido dos servidores lotados em seu gabinete parte da remuneração deles.**

Nesse sentido, o Relator Solicitou em 13/05/2019 (doc. anexo) através de Ofício 002/2019 CE, ao MM juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Jataí, cópia



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

integral dos autos, para uso como prova emprestada no presente processo ético disciplinar, o que foi concedido em 16/05/2019 (doc. anexo), através de código de acesso disponibilizado nos autos deste processo ético disciplinar.

Nas provas obtidas e apresentadas, verifica-se diversos depoimentos de servidores lotados no gabinete do Vereador, ora representado, que o mesmo exigia a devolução de parte da remuneração dos mesmos, e dessa foram teria auferido vantagem indevida.

Desse modo, após apresentarmos a síntese dos fatos apontados na representação parlamentar, que tem por fundamento os fatos narrados na ação de judicial, passaremos a expor o cometimento de infração ao conjunto de regras morais, legais e éticas pelo vereador Representado.

SÍNTESE DA DEFESA PRÉVIA

DAS PRELIMINARES DE MÉRITOS SUSCITADAS

- 1) NULIDADE POR VÍCIO DE INCOMPETÊNCIA E LEGITIMIDADE DO CONSELHO DE ÉTICA PARA RECOMENDAR A CASSAÇÃO DO MANDATO DE VEREADOR;

Cumpre-nos destacar que o Conselho de Ética é a instância competente para o julgamento dos parlamentares por atos considerados contrários a ética e ao Decoro Parlamentar, segundo a Constituição Federal, Constituição do Estado do Goiás, Lei Orgânica do Município, Regimento Interno da Câmara Municipal, bem como a Res. 012/2009 que estabelece o Código de Ética e Decoro Parlamentar.

O próprio poder Judiciário da Comarca de Jataí, Estado de Goiás, já proferiu decisão em Mandado de Segurança impetrado por parlamentar em processo análogo



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

reconhecendo a legitimidade do Conselho de Ética para processar e recomendar ao plenário a perda do mandato de parlamentar.

2) VÍCIO NA FORMAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO DE ÉTICA – INOBSERVÂNCIA DA PROPORCIONALIDADE;

Com relação aos supostos vícios na Constituição do Conselho de Ética por inobservância da proporcionalidade, tal fato não condiz com a realidade. A legislação interna do poder legislativo municipal foi plenamente seguida na constituição do respectivo conselho.

Ocorre que para no momento da eleição dos seus membros havia vereadores impedidos de comporem o conselho, como a Presidente da Casa em exercício, outros parlamentares estavam afastados de suas funções por decisão judicial, e outros não colocaram seu nome a disposição.

Nesse sentido, os membros do Conselho de Ética foram eleitos na forma regimental, através de votação dos seus pares, dentre os vereadores DESIMPEDIDOS e que se dispuseram a colocar o nome para composição do conselho, não havendo dessa forma nenhuma ilegalidade nesse ponto.

3) NULIDADE POR INÉPCIA DA REPRESENTAÇÃO – ILEGITIMIDADE DA MESA DIRETORA;

Com relação ao início do Processo de Perda de Mandato Parlamentar pelo Conselho de Ética, o Código de Ética da CMJ (Res. 012/2009), traz duas hipóteses de iniciativa do processo de perda de mandato parlamentar, a saber:

Art. 16. - Qualquer parlamentar pode representar, formalmente, perante o Presidente do Conselho de Ética, pelo descumprimento, por Vereador, de normas contidas neste Código Ético.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Parágrafo Único - O Conselho de Ética poderá instaurar procedimento investigatório preliminar, ao tomar conhecimento fato que infrinja a ética ou o decoro parlamentar.

Desse modo, o parágrafo único do art. 16 da Res. 012/2009 legitima que o Conselho de Ética dê início ao processo, porque ***“poderá instaurar procedimento investigatório preliminar, ao tomar conhecimento fato que infrinja a ética ou o decoro parlamentar.”*** Assim, com o memorando da presidência acompanhado da decisão judicial, o Conselho de Ética tomou conhecimento de ***“fato que infrinja a ética ou o decoro parlamentar”***, e com fulcro no art. 30, inciso VIII, e no artigo 34, inciso III da Lei Orgânica Municipal, bem como art. 16, parágrafo único e art. 17 da Res. 012/2009, instaurou Procedimento Investigatório Preliminar **(PT 2/2019 – Protocolo Geral AD 0000374/2019, Publicado em 09/05/2019, através nº 000784-DA)**, demonstrando total legalidade dos atos praticados desde então.

Como se não bastasse toda argumentação acima, que por si só legitima a iniciativa do processo em análise, o Relator do presente Processo Ético Disciplinar, realizou um despacho saneador em **01/08/2019**, a presidência da CMJ, oportunidade em que a Mesa Diretora da Casa, com fulcro nos artigos 55, §2º da CF de 1988, art. 14, §2º da Constituição do Estado de Goiás e art. 34, §2º da Lei Orgânica do Município de Jataí, apresentou Representação em desfavor do Ver. MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DA LUZ, em **06/08/2019**, ou seja, antes mesmo da aprovação do Relatório Preliminar.

Com isso, após a aprovação do relatório preliminar, quando efetivamente inicia o processo, com abertura da defesa prévia e início da instrução, ***estava sanada a Representação, e, diga-se de passagem, tal saneamento foi realizado por maior cautela do Relator, uma vez que o art. 16, parágrafo único da Res. 012/2009 já legitima o início do procedimento investigatório preliminar, que finaliza com o relatório preliminar pelo recebimento e prosseguimento da representação.***

A defesa prévia do representado é formulada após o relatório preliminar, nesse momento já havia a caracterização dos fatos e condutas, apontados como caracterizadores da Quebra de Decoro Parlamentar, e sobre estes fatos foram realizadas a instrução e deveria se manifestar a defesa, não havendo qualquer prejuízo defensivo, pois nesse momento já havia sido delineado todos os pontos necessários.

Ademais, o próprio Conselho de Ética já se manifestou sobre o tema no **RELATÓRIO PRELIMINAR** aprovado, bem como o Poder Judiciário, que em caso semelhante, qual seja, no Processo Ético Disciplinar em desfavor do Ver. Gildenício Francisco dos Santos, **INDEFERIU** o pleito do parlamentar, determinando que há sim a legitimidade da MESA DIRETORA em formular a referida representação.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Como se não bastasse, há ainda fundamentação do início do Processo Ético Disciplinas alicerçado justamente no Art. 16, §único da Res. 012/2009, ou seja, conforme acima explicitado, tendo sido esse tema já superado naquela oportunidade.

A argumentação de ilegitimidade da Mesa Diretora não merece prosperar, pois tal legitimação Decorre da Constituição Federal, Constituição do Estado de Goiás e Lei Orgânica Municipal de Jataí, normas até mesmo de grau de hierarquia superiores a Res. 012/2009, senão vejamos:

Destacamos que a Constituição Federal de 1988, art. 55, §2º, bem como a Constituição do Estado de Goiás, art. 14, §2º e a Lei Orgânica do Município de Jataí, art. 34, §2º, atribuem a legitimidade a Mesa ou partido político com representação na casa parlamentar, ou seja, denotando a total legitimidade da representação ora formulado, senão vejamos:

Constituição Federal:

Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

(...)

§ 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por maioria absoluta, **mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.** (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 76, de 2013)

Já na Constituição Estadual, encontramos:

Art. 14 - Perderá o mandato o Deputado Estadual:

I – que infringir qualquer das proibições do art. 13;

- Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 09-09-2010, D.A. de 09-09-2010.

II - que tiver procedimento declarado incompatível com o decoro parlamentar;

(...)



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

§ 1º São incompatíveis com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Código de Ética e Decoro Parlamentar, o abuso das prerrogativas asseguradas aos Deputados e a percepção de vantagens indevidas.
- Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 09-09-2010, D.A. de 09-09-2010.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa Diretora, de ofício ou mediante provocação de partido político representado na Assembleia Legislativa, assegurada ampla defesa.
- Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 09-09-2010, D.A. de 09-09-2010.

Art. 71. Os Vereadores são invioláveis, no exercício do mandato e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos, aplicando-se-lhes as proibições e as incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto na Constituição da República para os membros do Congresso Nacional e nesta Constituição para os membros da Assembleia Legislativa.
- Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 09-09-2010, D.A. de 09-09-2010.

Parágrafo único - A perda, extinção, cassação ou suspensão de mandato de vereador dar-se-ão nos casos e na forma estabelecidos nesta Constituição e na Legislação Federal.

No mesmo sentido assevera a Lei Orgânica do Município:

Art. 34. - Perderá o mandato o Vereador que:

(...)

II - tiver procedimento declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;

III - utilizar do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

(...)

§ 1º - Além de outros casos definidos no Regimento Interno, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas aos Vereadores ou a percepção de vantagens ilícitas ou imorais.

§ 2º - Nos casos dos incisos I e II, a perda do mandato será declarada pela Câmara, por voto secreto e maioria absoluta de seus membros, mediante provocação da Mesa ou partido político.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

§ 3º - Nos casos previstos nos incisos III e V, a perda será declarada pela Mesa, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partido político representante da casa.

Por fim, nesse ponto, de acordo com as duas linhas de argumentação acima explicitadas, não houve nulidade ou vício processual referente a iniciativa/representação do presente processo.

Além disso, a representação apresenta a narrativa dos fatos tidos como praticados pelo representado e as provas existentes, e sobre tais fatos e demais elementos do processo deve consistir a sua defesa.

Nesse passo, não há motivo jurídico para alegar que houve vício de ordem processual ou procedimental, restando afastada qualquer ilegalidade.

4) NULIDADE DA PROVA EMPRESTADA DO PROCESSO JUDICIAL;

Com relação a prova emprestada utilizado no presente Processo Ético Disciplinar, temos a legislação nacional, em especial o artigo 372 do NCPC, que permite plenamente sua utilização.

O Novo Código de Processo Civil, no capítulo referente às provas, prevê, em seu artigo 372, que: **"o juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório"**.

Desse modo, há plena legalidade na utilização das respectivas provas, **em especial porque submetidas ao contraditório perante o Conselho de Ética, pois houve audiência de instrução para oitiva de testemunhas, bem como oportunidades da defesa prévia e alegações finais para contestação dos referidos documentos.**

Isso foi corroborado com o compartilhamento dos documentos efetuado através do Ofício 005/2019, recebido em 16/05/2019, oportunidade em que o magistrado



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

compartilhou os elementos de provas colhidos nos autos do processo nº 5234942.14.2019.8.09.0093.

Temos com isso a plena legalidade da prova emprestada, o que é pacífico na jurisprudência nacional, sendo argumento meramente retórico da defesa qualquer alegação de ilegalidade nesse sentido.

5) NULIDADE POR VIOLAÇÃO DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS;

Mais uma vez encontramos argumentação meramente retórica da defesa do representado, pois não consegue comprovar nenhuma violação de suas garantias constitucionais.

O representado teve diversas oportunidades de manifestação no processo, que tramitou por mais de 06 meses, teve oportunidade de produzir prova documental e testemunhal, participou da oitiva das testemunhas, enfim, pode participar do processo e da instrução probatória, sendo plenamente observado o contraditório e ampla defesa.

As alegações em sentido contrário não se coadunam com a realidade fática, uma vez que todos os procedimentos do Conselho de Ética vem sendo adotados seguindo a legislação interna e legislação federal de firma suplementar, tendo inclusive o representado e demais vereadores afastados por casos análogos impetrado diversos mandados de segurança e recurso visando a anulação dos referidos processos, mas até o momento, o judiciário e o Ministério Público tem emitidos pareceres e decisões corroborando com a legalidade e INOCORRÊNCIA de ofensas ao contraditório e ampla defesa.

6) NULIDADE POR IMPEDIMENTO DO CONSELHEIRO E MEMBRO EFETIVO THIAGO SILVESTRE MAGGIONI;



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

7) NULIDADE POR ANTECIPAÇÃO DE JUÍZO DE VALOR DO MEMBRO THIAGO SILVESTRE MAGGIONI;

Relativamente as duas preliminares acima suscitadas, a manifestação merece ser proferida em conjunto, tendo em vista que há ligação entre as preliminares e a fundamentação que será utilizada.

Inobstante os argumentos delineados pela defesa do representado, cumpre-nos destacar que o processo de perda de mandato parlamentar é um **Processo Político**, e não mero processo administrativo, conforme vasta jurisprudência do STF e STJ nesse sentido. **Ademais, a opinião externada em programa jornalístico está dentro das atribuições inerentes ao cargo político de vereador, que deve ter o seu papel de legislador e fiscalizador no âmbito municipal.**

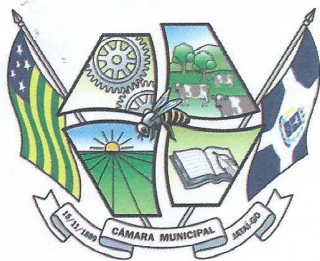
Tanto é assim, que há previsão expressa na Constituição Federal e Estadual, sobre a imunidade dos parlamentares sobre suas opiniões, palavras e votos, o que demonstra a extrema importância que o constituinte originário atribuiu ao pleno exercício da liberdade de expressão dos parlamentares, como forma de assegurar a legitimidade de sua representação popular e do seu papel fiscalizatório.

O Ver. Thiago Maggioni respondeu em entrevista proferindo uma opinião sua sobre alguns processos que tramitam perante o Conselho de Ética.

Ressaltamos ainda que a fala do parlamentar fazia parte do assunto da entrevista, foi realizada no município de Jataí e tinha relação com seu mandato.

Além disso, o Conselho de Ética como órgão colegiado, remete após a instrução e alegações finais o Relatório Final a ser votado em Plenário, sendo o **Plenário** da Casa o órgão responsável pelo **juízo político do parlamentar**, ou seja, o relator não é *juiz singular* nem se submete aos critérios de suspeição e impedimentos conforme delineados pela defesa.

Para melhor entendimento sobre o tema, trazemos importante julgado do STF, em Mandado de Segurança impetrado por parlamentar federal que sustentou no mandado de segurança violação ao princípio constitucional do juiz natural, ao alegar que, na sessão em que o Conselho de Ética acolheu a representação contra ele, dois suplentes teriam proferido voto, antes mesmo da publicação dos atos de indicação para o CEDP. Argumentou também que o parecer favorável à perda do mandato aprovado no Conselho de Ética e depois mantido pela Comissão de Constituição e Justiça teria se baseado em prova não submetida ao contraditório, ao relatar que sua defesa não



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

teve acesso à instrução da representação, pois não teve acesso ao conteúdo da prova emprestada pelo STF à Comissão.

Por sua vez, o STF proferiu a seguinte decisão, in verbis:

MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PERDA DO MANDATO POR QUEBRA DO DECORO PARLAMENTAR.** 1. Questões afetas ao procedimento da representação por quebra do decoro parlamentar são insuscetíveis de apreciação pelo Judiciário, por se tratar de matéria interna corporis. Precedentes. 2. Writ a que se nega seguimento. 1. Trata-se de mandado de segurança, com pedido liminar, contra ato da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados CCJC que, ao negar provimento ao recurso nº 321/2014 (docs. 25-34), manteve decisão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar CEDP, que acolheu a representação nº 25/2014, formulada em face do ora impetrante, e recomendou ao Plenário da Casa a aplicação da penalidade de perda do mandato de Deputado Federal (docs. 18/19). 2. **O impetrante alega, em síntese, violação ao princípio do juiz natural, tendo em vista que, na sessão em que foi acolhida a representação, teriam proferido voto dois suplentes, cujos atos de indicação ainda não haviam sido publicados. Sustenta, ainda, que o parecer pela perda do mandato do impetrante teria se baseado em prova não submetida ao contraditório, já que a instrução da representação iniciou-se sem o acesso, por sua defesa, ao conteúdo de prova emprestada solicitada ao STF, consistente na cópia da Rcl 17.623 e da Pet 5.170.** 3. É o relatório. Decido. 4. Em casos como o dos autos, a jurisprudência desta Corte tem reiterado o entendimento de que a intervenção do Supremo Tribunal Federal somente deve ocorrer em caráter excepcionalíssimo. Isso porque a cassação de mandato eletivo por quebra do decoro parlamentar constitui julgamento político e, como tal, não se submete, em regra, à apreciação pelo Judiciário, em virtude do princípio constitucional da separação de Poderes (art. 2º da Constituição). Nessa linha, o controle judicial por parte desta Corte somente se justifica quando suscitada questão de índole constitucional (e.g., MS 26.441 MC, Rel. Min. Celso de Mello). Veja-se: **AMPLA DEFESA PARLAMENTAR PERDA DE MANDATO REPRESENTAÇÃO POR ADVOGADO NO ÂMBITO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS OU DO SENADO FEDERAL SUSTENTAÇÃO DA TRIBUNA.** A expressão **ampla defesa** contida no par.2. do artigo 55 da Constituição Federal não encerra, necessariamente, a representação do parlamentar por profissional da advocacia, a ponto de impor, a qualquer das Casas do Legislativo, a admissão deste na tribuna. **O processo de perda de mandato não é administrativo, nem judicial, mas político**, sendo regido por normas interna corporis. Mesmo no campo jurisdicional, em que se tem o advogado como indispensável à administração da justiça - artigo 133, capítulo III - **DO PODER JUDICIÁRIO** - da Constituição Federal, é possível encontrar recursos que não ensejam a sustentação da tribuna, sem que, com isto, a norma restritiva possa ser tida como merecedora da pecha de inconstitucional. Tanto quanto possível, deve ser preservada a disciplina do funcionamento dos órgãos dos Poderes da União, buscando-se, dessa forma, a eficácia da cláusula constitucional que lhe é inerente - da harmonia e independência. **A solução emprestada ao processo político de perda de mandato não obstaculiza o acesso ao judiciário, cuja atuação se faz, sob o ângulo da legalidade, com a inestimável colaboração do profissional da advocacia.** (MS 21.630, Rel. para o acórdão Min. Marco Aurélio - destaques acrescentados) **Agravo regimental. Mandado de segurança. Questão interna corporis. Atos do Poder Legislativo. Controle judicial. Precedente da Suprema Corte. 1. A sistemática interna dos procedimentos da Presidência da Câmara dos Deputados para processar os recursos dirigidos ao Plenário daquela Casa não é passível de questionamento perante o Poder Judiciário, inexistente qualquer violação da disciplina constitucional.** 2. Agravo regimental desprovido. (MS 25.588 AgR, Rel. Min. Menezes Direito) 5. Quanto à tese de violação ao princípio do juiz natural, o ato impugnado consignou que a falta de publicação dos atos de nomeação dos suplentes não é motivo para anular o julgamento, porque eles já estavam investidos como Conselheiros e se encontravam aptos a votar, por força do disposto no art. 10, VI, do RI/CD, que confere ao Líder, (I), a seguinte prerrogativa: **Indicar à Mesa os membros da bancada para compor as Comissões, e, a qualquer tempo, substituí-los.** O impetrante, por sua vez, sustenta que esse dispositivo regimental não se aplicaria aos membros do Conselho de Ética e Decoro



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Parlamentar, porque estes exerceriam mandato (art. 7º do Código de Ética e o art. 21-E do RI/CD). 6. Assim, a análise da suposta ofensa ao princípio do juiz natural envolve a interpretação dos dispositivos regimentais citados. Ocorre que **o Plenário desta Corte já decidiu que questões atinentes à interpretação e aplicação dos regimentos das Casas Legislativas constituem matéria interna corporis, imunes ao controle judicial: [Agravamento Regimental em Mandado de Segurança. 2. Oferecimento de denúncia por qualquer cidadão imputando crime de responsabilidade ao Presidente da República (artigo 218 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados). 3. Impossibilidade de interposição de recurso contra decisão que negou seguimento à denúncia. Ausência de previsão legal (Lei 1.079/50). 4. A interpretação e a aplicação do Regimento Interno da Câmara dos Deputados constituem matéria interna corporis, insuscetível de apreciação pelo Poder Judiciário. 5. Agravamento regimental improvido.]** (MS 26062 AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes) 7. **No que tange à prova emprestada, o ato impugnado assentou que a defesa teve oportunidade de contraditá-la, porque lhe foi garantido acesso aos documentos em prazo hábil para se manifestar, tanto pelo Conselho quanto pelo STF** (MS 38.088). Assim, a alegação do impetrante, no sentido de que a prova não foi contraditada, é imprópria em sede de mandado de segurança, ação que, como se sabe, não admite dilação probatória, sob pena de descaracterização da liquidez e certeza do direito alegado (nesse sentido: MS 28.406 AgR, Rel. Min. Dias Toffoli). 8. Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do RI/STF, nego seguimento ao writ, prejudicado o pedido liminar. Publique-se. Brasília, 10 de dezembro de 2014. Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO. Relator

(STF - MS: 33360 DF, Relator: Min. ROBERTO BARROSO, Data de Julgamento: 10/12/2014, Data de Publicação: DJe-244 DIVULG 11/12/2014 PUBLIC 12/12/2014)

Somado as argumentações de que o processo em tela é **processo político** e não administrativo ou mesmo judicial, como buscou induzir a defesa do representado, cumpre-nos destacar que **o mesmo teve todos os prazos previstos no Código de Ética parlamentar para exercer sua ampla defesa**, não havendo nenhum prejuízo ao devido processo legal.

Como se não bastasse, por motivos diversos, o Ver. Thiago Maggioni foi em **05/11/2019** afastado do Conselho de Ética temporariamente, e durante a **instrução e relatório final assumiu a Suplente, a Ver. Maria Aparecida – CIDA**, que assumiu presente relatoria durante a instrução e relatório final, sendo descabida mais uma vez qualquer alegação no sentido de vício do processo pela presença do Thiago Maggioni, que só participou durante a fase preliminar.

8) NULIDADE POR VÍCIO NOS EDITAIS DE INTIMAÇÃO;

DOS EDITAIS – AUSÊNCIA DE VÍCIOS.

Com relação aos supostos vícios alegados, os Editais de Intimação davam conta da devolução do prazo de 15 dias para apresentação de sua manifestação preliminar, e só precisavam conter isso, pois os fatos e demais elementos constavam da notificação recebida pelo representado pessoalmente em **09/05/2019, as 16h40min** (doc. anexo), ou seja, no referido documento recebido pelo representado constava tudo necessário



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

para sua manifestação preliminar, o edital apenas informava da devolução do prazo para apresentação da mencionada peça defensiva, então nesse ponto não há que se falar em ausência de informações essenciais.

Já com relação aos editais de intimação para apresentação de Defesa Prévia e audiência de instrução, estes continham os elementos essenciais, não desrespeitaram a legislação interna e tiveram efetividade, tanto é assim que o mesmo parlamentar até peticionou informando o conhecimento do ato, pediu até mesmo adiamento da primeira audiência designada para o dia **08/11/2019**, o que foi deferido, tendo sido a audiência reaprazada para o dia **14/11/2019**.

Esta audiência ocorreu, foram ouvidas as testemunhas arroladas pela defesa, o representado ao final prestou depoimento oral e saiu intimado para alegações finais no prazo de cinco dias (mídia anexa), o que demonstra ausência de prejuízo processual. Ou seja, além de não haver nulidade nas intimações e editais, estas surtiram o efeito efetivo da comunicação e possibilitaram o contraditório ao representado.

9) NULIDADE POR FALTA DE INTIMAÇÃO PARA ACOMPANHAR O PROCESSO (VIOLAÇÃO AO ART. 18 DA RES. 012/2009)

Esta ultima alegação de preliminar de mérito é **TOTALMENTE IMPROCEDENTE**, pois o representado foi notificado/intimado inicialmente em 09/05/2019 (doc. anexo) sobre o início do procedimento investigatório preliminar em seu desfavor, oportunidade em que foi dado prazo para manifestação preliminar.

O representado realizou manifestação inicial em **30/05/2019**, através de petição enviada por via postal (doc. anexo), tendo sido intimado em outras oportunidades pessoalmente e através de editais, tendo inclusive apresentado defesa prévia, rol de testemunhas, impugnações a decisões do conselho, pedidos de adiamento do processo, enfim, tinha pleno conhecimento do processo que tramitava em seu desfavor, tendo sido



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

intimado por diversas vezes e das mais variadas formas permitidas pelo ordenamento pátria, pessoalmente, por via postal e por edital, sendo descabida alegação da preliminar em apreço, não merecendo qualquer acolhida.

Pelo contrário, com a leitura do presente Processo Ético Disciplinar, é possível verificar mais de 13 diligências para NOTIFICAR o representado, alguns editais e correspondências por via postal, demonstrando a constante preocupação deste Conselho de Ética em cumprir com seu mister de forma legal, justa e que possibilitasse o contraditório a parte.

Por fim, o representado requer o acolhimento das preliminares e do mérito, e a consequente improcedência da demanda, para que ele possa exercer, sem qualquer óbice, o mandato que lhe fora outorgado pela população desta cidade de Jataí.

DA AÇÃO JUDICIAL QUE FUNDAMENTA A REPRESENTAÇÃO

Antes de adentrarmos na fundamentação fática e jurídica que embasa o presente parecer final, cumpre inicialmente apresentar a síntese da ação judicial de improbidade administrativa proposta em desfavor do vereador MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DA LUZ, que serve de fundamento para a Representação por Quebra de Decoro Parlamentar.

O Ministério Público do Estado de Goiás através das apurações feitas no inquérito civil 25/2014, promoveu em face do Representado uma ação civil pública de imposição de sanções por atos de improbidade administrativa, protocolada sob o nº 5234942.14.2019.8.09.0093, em trâmite na 2ª Vara de Cível, Fazendas Públicas desta comarca de Jataí/GO, onde aponta que o vereador MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DA LUZ, usou o cargo por ele ocupado para angariar parte das remunerações dos servidores do seu gabinete.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

O Ministério Público narrou que o vereador solicitava a nomeação dos servidores de seu gabinete, e assim utilizava seu poder de nomeação e exoneração para fazer com que seus assessores entregassem parte de seus salários.

Assim, o Ministério Público concluiu pela prática de atos de improbidade administrativa nos moldes do artigo 9º, inciso I, e 10ª, inciso I, ou subsidiariamente no artigo 11, todos da lei 8.429/92, com a aplicação das sanções respectivas, em especial a perda definitiva da função de vereador; a recomposição do dano ao erário; a perda dos valores acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio; a imposição de multa civil, e a suspensão dos direitos políticos.

O Ministério Público ainda requereu liminarmente o afastamento do vereador **MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DA LUZ** pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias e a decretação de indisponibilidade de bens. Os pedidos liminares foram recepcionados pelo juiz Thiago Castelliano.

DA DEVIDA OBSERVAÇÃO DO PROCESSO LEGAL PELA COMISSÃO

Em sede de defesa prévia o Representado apresentou como um dos pedidos finais o requerimento para que seja decretada a nulidade processual, pela ocorrência de supostos vícios processuais, imprestabilidade da utilização dos elementos de convicção consistentes nos depoimentos prestados pelas testemunhas **Ana Livia, Reginaldo e Tatiane no dia 12/04/2019.**

Além disso, os depoimentos trazidos do processo judicial foram submetidos ao contraditório perante este conselho de ética, e todos os elementos de provas foram compartilhados pelo magistrado, em consonância com o Código de Processo Civil, de



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

aplicação subsidiária a legislação interna da CMJ, e amplamente reconhecido pela jurisprudência pátria.

Como se não bastasse, as testemunhas, em sua maioria, confirmaram os depoimentos prestados em juízo e ainda acrescentaram algumas informações de extrema importância, inexistindo cerceamento de defesa, uma vez que o contraditório foi ampliado, não havendo mera juntada dos depoimentos prestados perante o judiciário e MP.

Como visto no presente processo o Representado antes mesmo de apresentar sua defesa prévia, teve decisão aclaratória e complementar nos autos do processo nº **5234942.14.2019.8.09.0093** (onde foi autorizado o seu acesso nas dependências da Câmara de Vereadores exclusivamente para cuidar da sua defesa), tendo sido notificado desta decisão pelo judiciário e ainda pelo próprio conselho de ética.

IMDEFERIMENTO DA OITIVA DE TESTEMUNHA - PARLAMENTAR FEDERAL AUSÊNCIA DE OFENSA AO CONTRADITÓRIO.

A defesa do Representado requereu a oitiva da testemunha FLÁVIA CARREIRO ALBUQUERQUE MORAIS. No entanto, a oitiva da parlamentar federal se mostra meramente protelatória, tendo em vista que o objeto de prova diz respeito a exigência e recebimento pelo representado de parte da remuneração dos servidores lotados em seu gabinete, e a referida testemunha não fez parte dos seus quadros e ainda, até a DEFESA PRELIMINAR, momento de arrolar as testemunhas e requerer a produção de prova, a DEFESA não demonstrou a pertinência e necessidade da produção dessa no que diz respeito aos fatos apurados no presente processo ético disciplinar. Pelo contrário, na sua petição de reconsideração, formulado após o INDEFERIMENTO da oitiva, as justificativas apresentadas são insuficientes, pois as alegações da relação partidária e o fato do representado e ela serem do mesmo partido por si só não



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

demonstra pertinência da sua oitiva. Os fatos apurados dizem respeito ao procedimento ilícito adotado pelo parlamentar junto a servidores do seu gabinete, são assuntos não partidários. Não se está sendo investigado partido ou coligação, foram investigados cada edil e se estes realizaram alguma conduta indecorosa.

Nesse sentido, o artigo 370 do NCPC aduz que: "Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito. Parágrafo único. **O juiz indeferirá, em decisão fundamentada, as diligências inúteis ou meramente protelatórias.**", assim, como a defesa não demonstrou a pertinência da presente testemunha e sua ligação com os fatos apurados no presente processo ético disciplinar, e a mesma não tem relação direta com os fatos apurados, a oitiva pessoal deste testemunha restou INDEFERIDA por decisão colegiada tomada em duas oportunidades, na reunião do conselho em 08/11/2019 e na última audiência, em 14/11/2019, quando após reiteração do pedido o mesmo foi negado sobre os mesmos fundamentos.

Demonstrando a preocupação constante em proporcionar o máximo de ampla defesa e contraditório as partes, o Conselho de Ética decidiu permitir que o REPRESENTADO juntasse até o prazo para sua Alegações Finais, depoimento escrito da mesma, assinado e com firma reconhecida, devendo se manifestar sobre os fatos objetos do presente processo, sendo tal declaração escrita apreciada juntamente com os demais elementos de prova na elaboração do relatório final.

AUSÊNCIA DE VÍCIO DE INICIATIVA – PROCESSO INICIADO POR PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO PRELIMINAR (ART. 16 § ÚNICO RES. 012/2009) – SUPRIMENTO POSTERIOR AINDA POR REPRESENTAÇÃO DA MESA DIRETORA – LEGALIDADE E LEGITIMIDADE DA REPRESENTAÇÃO.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Com relação ao início do Processo de Perda de Mandato Parlamentar pelo Conselho de Ética, o Código de Ética da CMJ (Res. 012/2009), traz duas hipóteses de iniciativa do processo de perda de mandato parlamentar, a saber:

Art. 16. - Qualquer parlamentar pode representar, formalmente, perante o Presidente do Conselho de Ética, pelo descumprimento, por Vereador, de normas contidas neste Código Ética.

Parágrafo Único - O Conselho de Ética poderá instaurar procedimento investigatório preliminar, ao tomar conhecimento fato que infrinja a ética ou o decoro parlamentar.

Desse modo, o parágrafo único do art. 16 da Res. 012/2009 legitima que o Conselho de Ética dê início ao processo, porque ***"poderá instaurar procedimento investigatório preliminar, ao tomar conhecimento fato que infrinja a ética ou o decoro parlamentar."*** Assim, com o memorando da presidência acompanhado da decisão judicial, o Conselho de Ética tomou conhecimento de ***"fato que infrinja a ética ou o decora parlamentar"***, e com fulcro no art. 30, inciso VIII, e no artigo 34, inciso III da Lei Orgânica Municipal, bem como art. 16, parágrafo único e art. 17 da Res. 012/2009, instaurou Procedimento Investigatório Preliminar ***(PT 2/2019 – Protocolo Geral AD 0000374/2019, Publicado em 09/05/23019, através nº 000784-DA)***, demonstrando total legalidade dos atos praticados desde então.

Como se não bastasse toda argumentação acima, que por si só legitima a iniciativa do processo em análise, o Relator do presente Processo Ético Disciplinar, realizou um despacho saneador em ***01/08/2019***, a presidência da CMJ, oportunidade em que a Mesa Diretora da Casa, com fulcro nos artigos 55, §2º da CF de 1988, art. 14, §2º da Constituição do Estado de Goiás e art. 34, §2º da Lei Orgânica do Município de Jataí, apresentou Representação em desfavor do Ver. MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DA LUZ, em ***06/08/2019***, ou seja, antes mesmo da aprovação do Relatório Preliminar.

Com isso, após a aprovação do relatório preliminar, quando efetivamente inicia o processo, com abertura da defesa prévia e início da instrução, estava ***sanada a Representação, e, diga-se de passagem, tal saneamento foi realizado por maior cautela do Relator, uma vez que o art. 16, parágrafo único da Res. 012/2009 já legitima o início do procedimento investigatório preliminar, que finaliza com o relatório preliminar pelo recebimento e prosseguimento da representação.***

A defesa prévia do representado é formulada após o relatório preliminar, nesse momento já havia a caracterização dos fatos e condutas apontadas como caracterizadores da ***Quebra de Decoro Parlamentar***, e sobre estes fatos foram realizadas a instrução e deveria se manifestar a defesa, não havendo qualquer prejuízo defensivo, pois nesse momento já havia sido delineado todos os pontos necessários.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Além disso, a representação de caráter saneador já ocorreu antes mesmo do relatório preliminar, pois apresentada pela mesa diretora em 06/08/2019, muito tempo antes do relatório preliminar ser aprovado. Ou seja, quando de sua elaboração já estava nos autos.

Este fato já foi até mesmo superado no momento da aprovação do relatório preliminar, onde o colegiado, pela maioria, INDEFERIU tal alegação de ilegitimidade da Mesa Diretora, conforme acima fundamentado nas preliminares.

A argumentação de ilegitimidade da Mesa Diretora não merece prosperar, pois tal legitimação Decorre da Constituição Federal, Constituição do Estado de Goiás e Lei Orgânica Municipal de Jataí, normas até mesmo de grau de hierarquia superiores a Res. 012/2009, senão vejamos:

Destacamos que a Constituição Federal de 1988, art. 55, §2º, bem como a Constituição do Estado de Goiás, art. 14, §2º e a Lei Orgânica do Município de Jataí, art. 34, §2º, atribuem a legitimidade a Mesa ou partido político com representação na casa parlamentar, ou seja, denotando a total legitimidade da representação ora formulado, senão vejamos:

Constituição Federal:

Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

(...)

§ 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por maioria absoluta, **mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.** (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 76, de 2013)

Já na Constituição Estadual, encontramos:

Art. 14 - Perderá o mandato o Deputado Estadual:

(...)



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

II - que tiver procedimento declarado incompatível com o decoro parlamentar;

(...)

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa Diretora, de ofício ou mediante provocação de partido político representado na Assembleia Legislativa, assegurada ampla defesa.

- Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 09-09-2010, D.A. de 09-09-2010.

Art. 71. Os Vereadores são invioláveis, no exercício do mandato e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos, aplicando-se-lhes as proibições e as incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto na Constituição da República para os membros do Congresso Nacional e nesta Constituição para os membros da Assembleia Legislativa.

- Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 09-09-2010, D.A. de 09-09-2010.

Parágrafo único - A perda, extinção, cassação ou suspensão de mandato de vereador dar-se-ão nos casos e na forma estabelecidos nesta Constituição e na Legislação Federal.

No mesmo sentido assevera a Lei Orgânica do Município:

Art. 34. - Perderá o mandato o Vereador que:

(...)

II - tiver procedimento declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;

(...)

§ 2º - Nos casos dos incisos I e II, a perda do mandato será declarada pela Câmara, por voto secreto e maioria absoluta de seus membros, mediante provocação da Mesa ou partido político.

Por fim, nesse ponto, de acordo com as duas linhas de argumentação acima explicitadas, não houve nulidade ou vício processual referente a iniciativa/representação do presente processo.

Nesse passo, não há motivo jurídico para alegar que houve vício de ordem processual ou procedimental, restando afastada qualquer ilegalidade.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

DO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO AO CÓDIGO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR – RESOLUÇÃO 12/2009

- APLICAÇÃO INEQUÍVOCA DO §1º E INCISO II TODOS DO ART.34 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE JATAÍ 1/1990.
- APLICAÇÃO INEQUÍVOCA DO ART. 5º, INCISO III, ALÍNEAS A E B – ART. 6º, INCISO II, ALÍNEA B, ART.12, INCISO II, DA RESOLUÇÃO 12/2009 – CÓDIGO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR.

A) INEXISTÊNCIA DE JULGAMENTO PELA COMISSÃO DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - CASSAÇÃO DO MANDATO POR QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR

O Representado no mérito da defesa prévia alega a incompetência do poder legislativo para o julgamento de atos de improbidade administrativa, aduzindo que tal competência se restringe ao poder judiciário, conforme a legislação vigente.

O Representado ainda aduz que a resolução bem como o regimento interno desta casa, trata das infrações de cunho político passíveis de perceber denúncia, mas não veicula nenhum ato praticado por ele que possa configurar quebra de decoro parlamentar, e que a representação nada aponta nesse sentido.

Ocorre Senhores membros do Conselho de Ética, que o vereador não está sendo julgado por esta Comissão por atos de improbidade administrativa, mas sim, pela prática de atos contrários à Ética e ao Decoro Parlamentar.

Como visto acima, a Ação Civil Pública de Imposição de Sanções por Atos de Improbidade Administrativa cumulada com Pedido de Tutela Cautelar de nº 5234942.14.2019.8.09.0093, aponta condutas praticadas pelo Representado que



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

caracterizam atos de improbidade administrativa que importam em ENRIQUECIMENTO ILÍCITO e que CAUSAM LESÃO AO ERÁRIO PÚBLICO.

Vejam os novamente trecho da descrição da conduta do parlamentar feita pelo Ministério Público:

*"Analisando as informações prestadas por todos esses servidores, observa-se que o vereador **Marcos Antônio Ferreira da Luz**, enriqueceu e continua a enriquecer ilicitamente, por meio de seu cargo."*

Foram colhidos elementos no inquérito civil público 25/2014, que demonstraram que durante vários anos o vereador MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DA LUZ exigiu esses repasses dos servidores lotados em seu gabinete, acrescendo ao seu patrimônio, mediante a utilização ilícita de seu cargo, altos valores em dinheiro.

Tais depoimentos prestados no processo judicial de improbidade acima destacados, foram submetidos ao contraditório perante este Conselho de Ética, que realizou em 14/11/2019 a oitiva de testemunhas, que RATIFICARAM os depoimentos prestados perante o Ministério Público nos autos do processo acima destacado.

Durante as investigações do Ministério Público Estadual, foram notificados para serem ouvidos nesta Promotoria de Justiça vários servidores e ex-servidores dos gabinetes dos vereadores da atual legislatura. Foi então que uma ex-servidora e um servidor do gabinete de **Marcos Antônio Ferreira da Luz** revelaram que, durante longo período, fizeram repasses de seus salários mensalmente ao vereador (comprove provas compartilhadas e anexadas aos autos).

A ex-servidora **Ana Lívia Borges de Freitas**, que na primeira vez em que prestou declarações no Ministério Público negou que o vereador Marcos Antônio Ferreira da Luz tivesse solicitado alguma parcela de sua remuneração, na segunda oportunidade em



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

que compareceu nesta Promotoria acabou revelando que, durante os dois anos e seis meses em que trabalhou na Câmara, fez mensalmente o repasse de metade de sua remuneração ao vereador, durante alguns meses por intermédio da esposa dele e durante a maior parte do período ao próprio vereador. Da mesma forma que outros vereadores, Marcos Antônio afirmava que o dinheiro seria usado para “despesas de gabinete”, como doações a pessoas que procuravam a Câmara. Ana Livia também informou que soube que outros servidores também faziam repasses, inclusive servidores que ainda trabalham na Câmara.

Ana Livia acrescentou que, mesmo após muitos anos sem qualquer contato, ao descobrir que ela havia sido notificada para prestar declarações, Marcos Antônio foi até sua casa e tentou obter informações sobre o que ela havia declarado na Promotoria e disse que, caso ele fosse prejudicado, todos os que trabalharam com ele também seriam. Além disso, o vereador procurou o pai da declarante, também para questionar a respeito do que ela declarou ou poderia declarar perante a Promotoria.

Como se vê, houve a clara intenção de intimidar a testemunha, tanto que ela declarou ter se sentido pressionada por esse comportamento do vereador.

Corroborando a existência do esquema de devoluções no gabinete do vereador Marcos Antônio, o servidor **Reginaldo Aparecido de Oliveira**, atualmente assessor legislativo do gabinete do vereador, declarou que durante cinco anos fez repasses mensais a Marcos Antônio, no valor correspondente à gratificação. Dessa forma, ficava com aproximadamente de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos) a R\$ 3.000,00 (três mil reais) e repassava o restante. Ou seja, fazia um repasse de aproximadamente R\$ 1.000,00 (hum mil reais) diretamente ao vereador, sempre em dinheiro. Assim como outros servidores, Reginaldo informou que o vereador justificava os repasses como sendo uma “ajuda” do servidor para “despesas de gabinete”. Acrescentou que, a partir de 2016, quando se casou, recusou-se a continuar fazendo os repasses.

As declarações de Reginaldo quanto aos repasses foram corroboradas por sua esposa, **Tatiane Gomes Costa**, que informou ter conhecimento de que Reginaldo



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

fazia os repasses, embora não saiba precisar o valor. Tatiane demonstrou bastante receio em relação ao vereador.

Quanto aos valores auferidos pelo vereador com os repasses desses dois servidores, é possível com cálculos simples ter uma estimativa.

Ana Lívia foi nomeada em 05 de maio de 2014 e exonerada em 1º de setembro de 2016, ou seja, permaneceu por quase dois anos trabalhando na Câmara, período durante o qual entregou metade de sua remuneração todos os meses. Considerando as informações repassadas pelo departamento de recursos humanos quanto à remuneração de Ana Lívia, é possível o cálculo abaixo apresentado:

Mês	Remuneração líquida (R\$)	Valor estimado do repasse (R\$)
mai/14	1955,96	977,5
jun/14	2236,55	1118,27
jul/14	2236,55	1118,27
ago/14	2236,55	1118,27
set/14	2236,55	1118,27
out/14	2236,55	1118,27
nov/14	2236,55	1118,27
dez/14	2236,55	1118,27
jan/15	2306,21	1153,1
fev/15	3087,99	1543,5
mar/15	2575,27	1362,85
abr/15	2725,65	1362,85
mai/15	2725,65	1362,85
jun/15	2725,65	1362,85
jul/15	2725,65	1362,85
ago/15	2725,65	1362,85
set/15	2725,65	1362,85
out/15	2725,65	1362,85
nov/15	2725,65	1362,85
dez/15	2725,65	1362,85
jan/16	3030,93	1515,46
fev/16	3030,93	1515,46
mar/16	2886,52	1443,26
abr/16	3699,03	1849,51
mai/16	4514,01	2257
jun/16	3699	1849,51
jul/16	3699	1849,51
ago/16	3699	1849,51
set/16	2122,62	1061,31
Total dos repasses		40321,02

Quanto ao servidor **Reginaldo**, que informou ter repassado o valor fixo de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) mensalmente durante cinco anos, observa-se que os repasses alcançam o valor estimado de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Importante observar que os esses valores não foram efetuados com atualização monetária e, mesmo assim, atingem a cifra de **R\$ 100.321,02 (cem mil trezentos e vinte e um reais e dois centavos)**.

Na audiência ocorrida em 14/11/2019, houve ausência justificada no servidor Reginaldo, que apresentou atestado médico. No entanto, o Conselho entendeu pela desnecessidade de nova data para sua oitiva, uma vez que existente nos autos suas declarações, que poderiam ser contraditadas nas manifestações defensivas.

Houve ainda oitiva de testemunhas arroladas pela defesa, em sua maioria os depoimentos foram de servidores de diversos setores técnicos da casa legislativa, como contabilidade, recursos humanos, portaria, enfim, em sua grande maioria não eram servidores do seu gabinete.

Mesmo em tais depoimentos, quando indagados pela Relatora Maria Aparecida – CIDA, se sabiam da existência da “rachadinha” na Câmara Municipal de Jataí, a maioria das testemunhas afirmaram saber boates, ouvir comentários, etc, mas não tinham como provar.

Muitos dos servidores arrolados pela defesa e ouvidos em audiência tiveram nomeações como comissionados ou funções de confiança, para aqueles efetivos, proporcionadas pelo REPRESENTADO. Apesar de negarem que o mesmo exigiu deles algum repasse suas afirmativas não conseguiram desconstituir os depoimentos prestados pelas testemunhas que depuseram perante o Ministério Público, afirmando a ocorrência dos fatos ilícitos.

As testemunhas mais veementes em negar os fatos apontados pelo MP foram os servidores atuais do gabinete do vereador REPRESENTADO. No entanto os mesmos tem pleno interesse no feito, pois a comprovação das ilegalidades ocorridas no referido gabinete levariam a perda do mandato parlamentar do seu “Chefe” imediato,



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

acarretando até mesmo a perda dos seus emprego, então nada mais comum que negassem tais fatos.

O depoimento da Testemunha Rafael Moncorvo, atual Chefe de Gabinete do Ver. Marcos Antônio é contraditório e totalmente parcial, quando afirma que o “vereador não poderia gerir essa verba ilícita porque não conseguia administrar suas finanças pessoais (mídia anexa); “que constantemente vinham cobradores em seu gabinete” etc.

Esqueceu a testemunha que o Ver. Marcos Antônio foi presidente deste parlamento, com orçamento anual acima de 12 milhões de reais, ou seja, se não tinha capacidade para administrar os valores mais modestos provenientes da “rachadinha” ocorrida em seu gabinete teria capacidade de administrar como gestor o orçamento do Poder Legislativo Municipal durante 2 anos, que ultrapassaria 25 milhões de reais?

Vemos assim uma afirmação nitidamente parcial, retórica, com propósito de desviar o foco dos fatos e tentar proteger o seu chefe imediato, com um argumento frágil e que não se sustenta pela realidade fática.

As condutas do parlamentar tipificaram-se então, em enriquecer-se ilicitamente por auferir vantagem patrimonial indevida em razão do exercício do seu cargo (conduta tipificada no artigo 9ª, inciso I, da Lei nº 8.429/92), e facilitar a incorporação ao seu patrimônio particular de valores integrantes do acervo patrimonial desta casa legislativa (conduta tipificada no artigo 10º, inciso I, da Lei nº 8.429/92).

Tais atos praticados pelo vereador ora representado durante tantos anos configura quebra de decoro parlamentar previsto no §1º do art. 34 da LOM.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

O recebimento de vantagens ilícitas e imorais como está descrito ação judicial e que serve de fundamento para a representação, ainda mais quando levada a efeito durante tão longo período, configura quebra de decoro parlamentar e frustra a justa expectativa nutrida pelos cidadãos de que as pessoas eleitas pelo voto popular utilizem dos poderes que lhe são outorgados para o bem comum e não para aumentar o próprio patrimônio.

Desta feita, os fatos de autoria do vereador ora representado e objeto da investigação se amoldam perfeitamente à hipótese legal do §1º do art. 34 da LOM, consistindo em quebra de decoro parlamentar, não se tratando de julgamento por prática de atos de improbidade.

B) DA COMPETÊNCIA DO PODER LEGISLATIVO PARA O JULGAMENTO DO PARLAMENTAR - ATO DE NATUREZA INTERNA CORPORIS

Como se sabe, muito embora tenha sido atribuído precipuamente ao Poder Judiciário o encargo jurisdicional, essa função também é exercida legitimamente, embora de forma atípica, pelos Poderes Executivo e Legislativo.

Como também se sabe a prática de conduta pelos parlamentares que se afigure como procedimento que atente contra o decoro institucional será apurada no âmbito do Poder Legislativo, através de procedimento próprio, como o presente.

O artigo 1º da Res. 12/2009 desta câmara municipal, prevê que no exercício do seu mandato, o vereador atenderá às prescrições das Constituição Federal e Estadual, da Lei Orgânica de Jataí, do Regimento Interno da Câmara e as contidas no Código de Ética e Decoro Parlamentar.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Desse modo, é de interesse exclusivo desta casa legislativa definir os valores, as normas de condutas e as regras éticas aplicáveis a seus membros.

É também competência privativa desta casa legislativa decretar a perda do mandato dos vereadores. Vejamos a redação do artigo 30, inciso VIII, da Lei Orgânica 1/1990, deste município:

"Art. 30 - Compete, privativamente, à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições:

(...)

VIII – decretar a perda do mandato do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos vereadores, nos casos indicados pela Constituição Federal, nesta Lei Orgânica e na legislação federal pertinente;"

A lei federal 6448/1977 que dispõe sobre a organização política e administrativa dos Municípios dos Territórios Federais, prevê que compete privativamente às Câmaras municipais, declarar a perda ou extinção de mandato, na forma regimental (artigo 22, inciso XI).

Agora vejamos o que prevê o Regimento Interno 2/2010 desta Câmara Municipal:

"Art. 55 – São obrigações e deveres do Vereador:

(...)

II – obedecer às normas regimentais e ao Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Jataí".

A prática de conduta ilícita pelo parlamentar acaba injustamente atingindo a própria respeitabilidade institucional desta Câmara de Vereadores residindo, nesse ponto, a legitimidade ético-jurídica do procedimento constitucional de



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

cassação do mandato parlamentar, em ordem a excluir, da comunhão dos legisladores, aquele – qualquer que seja – que se haja mostrado indigno da magna função de representar o povo, ou de ostentar a condição de vereador, ou, ainda, de controlar as instâncias governamentais de poder.

A existência da pratica dolosa de condutas indecorosas pelo Representado desmerece essa casa dos representantes e falta com respeito à dignidade do Poder Legislativo, de modo a expô-lo a críticas infundadas, injustas e irremediáveis, de forma inconveniente.

Assim, não restam dúvidas quanto à competência legislativa desta câmara municipal em processar e julgar o parlamentar que venha a praticar atos indecorosos que acabam por manchar a imagem desta casa de leis.

B) VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS QUE REGEM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO VEREADOR REPRESENTADO

O vereador MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DA LUZ, ora representado, de fato utilizou o cargo que foi investido para solicitar remuneração dos servidores lotados em seu gabinete, e agiu como se fosse o DONO DINHEIRO PÚBLICO.

Assim, a apuração de que o parlamentar tenha enriquecido ilicitamente e causado dano ao erário, acaba gerando a violação dos princípios que regem a Administração Pública, dentre eles os princípios da moralidade, da impessoalidade, e da honestidade, pois praticou atos visando fim proibido em lei, no nosso regulamento interno, e no Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Independentemente de qual finalidade o vereador conferiu aos valores por ele angariados ilegalmente, o fato é que ao exigir parte das remunerações dos seus



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

servidores, ele VIOLOU GRAVEMENTE OS PRINCÍPIOS QUE DEVERIAM NORTEAR A SUA CONDUTA COMO AGENTE PÚBLICO.

Nesse passo as condutas do Representado apuradas no inquérito civil público 25/2014 e tipificadas na Ação Civil Pública de Imposição de Sanções por Atos de Improbidade Administrativa, confirmam a **LESÃO AO DECORO PARLAMENTAR**.

No caso em exame, após minuciosa análise dos fatos apurados, fica claro que os elementos de convicção angariados durante as investigações servem de supedâneo a presente acusação, pois confirmam a infringência aos diplomas normativos desta casa de leis.

As provas contidas nos autos da ação de improbidade administrativa e confirmadas durante e instrução realizada pelo Conselho de Ética não deixam nenhuma dúvida quanto ao cometimento de atos ímprobos, que configuram ato contrário ao decoro parlamentar.

Nesse passo, a conduta DOLOSA do Representado configura a QUEBRA DO DECORO PARLAMENTAR, na forma do §1º do art. 34 da LOM, e contempla a hipótese de cassação do seu mandato de vereador, não restando margem para raciocínio diverso.

Apesar da defesa do Representado contestar a narrativa fática, os depoimentos dos dois servidores que colaboraram na ação judicial, somados ao depoimento de TATIANE, esposa do servidor Reginaldo, e de Ana Lívia, que ainda foram confirmados durante a oitiva realizada na audiência do dia 14/11/2019, perante o Conselho de Ética, confirmaram a prática existente. Em suas manifestações defensiva, utiliza apenas argumentos retóricos, circunstancias e



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

procedimentais, mas **não desconstitui o conjunto fático probatório existente que comprometem a sua conduta ética moral.**

Os atos do representado atingem diretamente todas as inserções sociais do sujeito - homem público - haja vista a necessidade de, em todas as circunstâncias da vida cotidiana, ter o mesmo uma conduta digna.

Infelizmente no presente caso as condutas ilícitas apuradas contra o vereador não foram decentes e fieis aos princípios morais e éticos, tendo ele agido em total desconformidade com aquilo que dele era esperado como homem público.

C) DA QUEBRA DE DECORO E A PERDA DO MANDATO

O conceito de decoro está dicionarizado, conforme o Aurélio, como "correção moral, compostura, decência, dignidade, nobreza, honradez, brio, pundonor". Atos incompatíveis com o decoro parlamentar são, evidentemente, todos os contrários àqueles princípios.

Segundo Alexandre de Moraes (2002, p. 416), a expressão decoro parlamentar pode ser compreendida como "o conjunto de regras legais e morais que devem reger a conduta dos parlamentares, no sentido de dignificação da nobre atividade legislativa".

Para Pontes de Miranda: "decoro é comportamento, é imagem pública, é honra, é dignidade. Decoros parlamentar é obrigação de conteúdo moral e ético que não se confunde com aspectos criminais, embora deles possa decorrer".

No sistema da democracia representativa, tal qual o nosso, os parlamentares recebem do povo delegação para agirem em seu nome, são mandatários, devem



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

aprovar as leis que interessem à sociedade, fiscalizar o poder executivo, exercer o controle orçamentário e financeiro dos gastos públicos, além de outras atribuições institucionais, sendo vedado a eles, e aos demais agentes públicos, se valerem da legislatura para pleitearem vantagens pessoais.

Ocorre que nem sempre os parlamentares se portam como deveriam, como ocorre no presente caso, onde o Representado desviou de sua missão constitucional e agiu de forma ilegítima ao solicitar e receber parte dos vencimentos dos servidores lotados em seu gabinete, denotando condutas incompatíveis com o decoro parlamentar.

Vejamos o que prevê a resolução 12/2009 acerca dos atos contrários à Ética e ao Decoro Parlamentar:

"Art. 5º - Constituem faltas do Vereador contra a ética e o decoro parlamentar, no exercício de seu mandato:

(...)

III – quanto ao respeito aos recursos públicos:

a) deixar de zelar, com responsabilidade, pela proteção e defesa do patrimônio e dos recursos públicos;

b) pleitear ou usufruir favorecimentos ou vantagens pessoais ou eleitorais ilícitos, com recursos públicos, na forma orçamentária ou financeira;"

Assim há apuração de que as condutas ilícitas atribuídas ao parlamentar, além de caracterizarem atos de improbidade administrativa, DENOTAM AINDA A QUEBRA DO DECORO PARLAMENTAR, o que enseja a aplicação do artigo 12 da Resolução 12/2009 (Código de Ética e Decoro Parlamentar), vejamos a sua redação:

"Art. 12 – A perda do mandato será aplicada a Vereador:

(...)

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Vejamos agora a redação do artigo 34, inciso II, e § 1º também da Lei Orgânica 1/1990:

"Art. 34 – Perderá o mandato o Vereador que:

(...)

II – tiver procedimento declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;

§ 1º Além de outros casos definidos no Regimento Interno, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas aos Vereadores ou a percepção de vantagens ilícitas ou imorais."

Fato é que os atos do vereador transgrediram o decoro parlamentar e revelaram-se graves, pois que o parlamentar recebeu dos cidadãos, não só o poder de representação política e a competência para legislar, mas, também, o mandato para fiscalizar os órgãos e agentes dos demais poderes.

Vejamos o voto do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello, negando recurso do ex-ministro José Dirceu proferir voto negando recurso do ex-ministro José Dirceu, o ministro Celso de Mello assim se pronunciou:

"Os membros do poder legislativo, quando assim atuam, transgredem as exigências éticas que devem pautar e condicionar a atividade política, que só se legitima quando efetivamente respeitado o princípio da moralidade, que traduz valor constitucional de observância necessária na esfera institucional de qualquer dos poderes da república.

Nenhum membro de qualquer instituição da República está acima da Constituição, nem pode pretender-se excluído da crítica social ou do alcance da fiscalização da coletividade.

A imputação, a qualquer membro do Congresso Nacional, de atos que importem em transgressão ao decoro parlamentar revela-se fato que assume, perante o corpo de cidadãos, a maior gravidade, a exigir, por isso mesmo, por efeito de imposição ética emanada de um dos dogmas essenciais da república, a plena apuração e o



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

esclarecimento da verdade, tanto mais se se considerar que o parlamento recebeu dos cidadãos, não só o poder de representação política e a competência para legislar, mas, também, o mandato para fiscalizar os órgãos e agentes dos demais poderes.

Qualquer ato de ofensa ao decoro parlamentar culmina por atingir, injustamente, a própria respeitabilidade institucional do Poder Legislativo, residindo, nesse ponto, a legitimidade ético-jurídica do procedimento constitucional de cassação do mandato parlamentar, em ordem a excluir, da comunhão dos legisladores, aquele – qualquer que seja – que se haja mostrado indigno da magna função de representar o povo, ou de ostentar a condição de membro do congresso nacional, ou de formular a legislação da república ou, ainda, de controlar as instâncias governamentais de poder.

Não se poderá jamais ignorar que o princípio republicano consagra o dogma de que todos os agentes públicos – legisladores, magistrados, e administradores – são responsáveis perante a lei e a constituição, devendo expor-se, plenamente, às consequências que derivem de eventuais comportamentos ilícitos.”

A apuração feita de que o Vereador Representado praticou atos imorais e antiéticos fez com que a relação entre a ética e a política ficassem totalmente distantes.

A conduta de utilizar o cargo de vereador para angariar parte das remunerações dos servidores, caracteriza vantagem pessoal enriquecimento ilícito, dano ao erário, constituindo um verdadeiro desrespeito aos recursos público, **enquadrando-se perfeitamente nas condutas previstas no §1º do art. 34 da LOM e do artigo 5º inciso III alíneas a e b do Código de Ética e Decoro Parlamentar desta casa legislativa.**

Os atos do vereador acabaram por atingir não só a sua própria honorabilidade, mas também, por extensão, a desta Câmara de Vereadores.

Assim, restando comprovado o cometimento de tais infrações, não há só a mácula pessoal, mas também a mácula institucional.

Assinatura



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

CONCLUSÃO E PEDIDOS FINAIS

Inicialmente, o presente relatório realizou análise das preliminares suscitadas, restando toas INDEFERIDAS, conforme fundamentação acima exposta, não havendo qualquer ilegalidade ou nulidade a inquinar o processo ético disciplinar em análise, passando em seguida a análise do seu mérito.

No Mérito, após minuciosa análise dos fatos e provas obtidos através do inquérito civil 25/2014 e da ação de improbidade administrativa nº 5234942.14.2019.8.09.0093, bem como da instrução e depoimentos prestados em audiência realizado por este Conselho de Ética, restou configurado que os atos praticados pelo vereador afastado são incompatíveis com o decoro parlamentar, uma verdadeira **LESÃO AO DECORO**, que se enquadram nas hipóteses previstas no §1º do art. 34 da LOM c/c 5º, inciso III, alíneas a e b, da resolução 12/2009 desta câmara de vereadores.

Desse modo, **FICA CONCLUÍDO PELA EXISTÊNCIA DO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO GRAVE AO DECORO PARLAMENTAR, DEVENDO SER CONSIDERADA PROCEDENTE A REPRESENTAÇÃO PARA O FIM DE DECRETAR A PERDA DO MANDATO DO VEREADOR MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DA LUZ**, nos termos do artigo 6ª, inciso II, alínea b e artigo 12, inciso II da Resolução 12/2009, e do artigo 30, VIII e 34, inciso II, e § 1º, da Lei Orgânica 1/1990, nos termos do seguinte projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº _____ DE 2019

CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ/GO, _____ de _____ de 2019.

Decreta a perda do Mandato do

Ver. Marcos Antônio Ferreira da Luz

Art. 1º- É decretada a perda do mandato do Vereador Marcos Antônio Ferreira da Luz, nos termos dos artigos 30, VIII e 34, inciso II, e § 1º, da Lei Orgânica 1/1990 do Município de Jataí, combinado com artigo 6ª, inciso II, alínea b e artigo 12, inciso II da Resolução 12/2009 (Código de Ética Parlamentar), da Câmara Municipal.



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.